

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO 35/2024

PROCESSO 75/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 05/2024

I - EMENTA

Direito administrativo. Dispensa de Licitação. Contratação emergencial de Empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de serviços gerais, limpeza, copa e cozinha, conservação e higienização, destinada a atender às necessidades operacionais da sede do CONIMS, da unidade externo do Compras/Almoxarifado. Lei 14.133/21.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer parecer jurídico relativo à regularidade do processo de dispensa com fundamento na Lei Federal 14.133/2021 e na Resolução CONIMS nº 109/2023.

III- RELATÓRIO

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Justificativa da demanda – evento 02
- 02) Aviso de abertura de contratação por dispensa e e publicações– evento 03
- 03) Solicitação inicial – evento 3.1
- 04) publicidade – evento 04
- 05) orçamentos e cesta de preços – evento 05
- 06) Solicitação de contratação – evento 06
- 07) documentos da empresa – eventos 07
- 08) Ato de nomeação de comissão especial – evento 08
- 09) Justificativa e termo de referência – evento 09
- 10) Parecer Contábil – evento 10
- 11) Ata de reunião e julgamento – evento 11
- 12) Solicitação de Parecer Jurídico – evento 12

É o relatório

IV– DO PARECER

Trata-se de pedido de contratação de empresa especializada em cessão de mão de obra na prestação de serviços continuados de serviços gerais, limpeza, copa e cozinha, conservação e higienização, destinada a atender às necessidades operacionais da sede do CONIMS, da unidade externo do Compras/Almoxarifado, pelas razões indicadas na Justificativa subscrita pela Coordenadora do Setor de Recursos Humanos, encampada pela Secretaria Executiva e Presidente do CONIMS, todos


indicando a emergência da contratação, pelas razões ali pontuadas, de natureza discricionária e razoável ao crivo da legalidade.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir os agentes de contratação e agentes da alta administração no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133/2021¹, que rege a presente contratação direta, bem como as Resoluções CONIMS que versam sobre o tema.

Importante destacar que, na forma do artigo 22² da Resolução CONIMS nº 60/2023, a análise jurídica da futura contratação, não abrange os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, além da necessidade da contratação e a delimitação do objeto para a sua satisfação.

a) Da Necessidade da contratação

A presente contratação foi impulsionada por demanda indicada pelo Setor de Recursos Humanos/Gestora do Contrato, considerada por este de caráter emergencial, conforme se extrai:



ESTADO DO PARANÁ
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
Relatório Histórico de Tarefas
Parâmetros: Id: 08a7f5fa-d189-11ee-929d-0a64a8cd7d70

Página: 1 / 1
Data: 27/02/2024

| | | | |
|--|---|-------------|------------------|
| Identificador | Assunto | | |
| MRH-5-2024 | REPOSIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O SETOR DE LIMPEZA/COPA E COZINHA | | |
| Tipo | Grupo | Solicitante | Data/Hora |
| Memorando RH | RECURSOS HUMANOS | Sônia Turra | 22/02/2024 10:48 |
| Conteúdo | | | |
| MEMORANDO INTERNO | | | |
| DE: Setor de Recursos Humanos PARA: Secretária Executiva e Licitações | | | |
| ASSUNTO: Reposição e contratação de profissionais | | | |
| Venho através deste memorando repassar a necessidade de reposição, adequação e contratação de profissionais para atuarem no setor de limpeza/copa e cozinha deste Consórcio. | | | |
| Relato aqui os motivos pertinentes a tal ação: | | | |
| - * Considerando que o CONIMS, atualmente, conta com dois profissionais efetivos na função de Auxiliar de Serviços Gerais. Na data de 06 de fevereiro de 2024, um destes profissionais, Leonita Girardi Candido redigiu a este setor o <u>pedido de exoneração</u> , sendo que a mesma irá cumprir um aviso prévio de 30 dias, finalizando seu contrato de trabalho na data de 06 de março de 2024. A mesma atuava no setor de copa e cozinha preparando lanches e café para os pacientes e coordenava os trabalhos no setor de limpeza e conservação; | | | |
| * Considerando que o fluxo de pacientes e demanda nos outros setores, será ainda maior, após a adesão de mais 03 municípios consorciados, totalizando 29 municípios; | | | |
| * Considerando que o <u>Setor de Compras, CAF e Farmácia foram alocados em outro imóvel</u> , sendo desmembrado do prédio do CONIMS, e hoje não conta com profissionais que realizam a limpeza do mesmo. Somente dispõe de Auxiliar Administrativo, porém não podem colaborar no serviço de limpeza, pois o mesmo ato poderia ser considerado desvio de função. | | | |
| Com a finalidade de manter a qualidade no serviço prestados, <u>relato a atual necessidade</u> ; | | | |
| Alteração do cargo da funcionária Edilsa Marisela Lopez Vera, de Auxiliar de Limpeza para Copeira por ser uma empregada que já conhece todo fluxo interno de trabalho e já atua a mais tempo dentro do Conims. | | | |
| <u>Contratação de uma profissional para repor a vaga da Edilsa Marisela Lopez Vera</u> na função de Auxiliar de limpeza, ressaltando que esta profissional terá carga horária de segunda a sábado. | | | |
| <u>Contratação de mais uma profissional de Auxiliar de Limpeza</u> para trabalhar nas seguintes cláusulas e condições: todos os dias, 1/2 período, parte da manhã, trabalhar no setor do Compras e 1/2 período, parte da tarde, realizar os trabalhos aqui no Conims. Especificar tal cláusula em contrato. | | | |
| Nestes termos, peço a ciência deste e peço que seja analisado a legalidade da contratação. | | | |
| SÔNIA TURRA GESTOR DE CONTRATOS | | | |

¹ Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

² Art. 22 As manifestações da assessoria jurídica, sempre por escrito, serão restritas aos aspectos jurídicos dos expedientes e dos documentos submetidos à análise, não alcançando questões relacionadas ao objeto, as condições de fornecimento, ao valor das contratações e à conveniência e oportunidade da abertura e homologação do certame, bem como questões de ordem técnica diversa ou atos de gestão.

Parágrafo Único. Os pareceres jurídicos **não têm caráter vinculante**, cabendo, no entanto, a indicação expressa das ressalvas de natureza jurídica.

b) Da Norma aplicável e procedimento

Quanto ao aspecto formal da dispensa propriamente dita, consta ter havido publicação prévia de Aviso no sítio oficial do CONIMS em período compatível com a normativa aplicável, na forma da Resolução CONIMS 109/23:

*Art. 2º É dispensável a licitação no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, nos termos do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, em especial mas não somente:
(...)*

*§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão **preferencialmente** precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, justificada a sua impossibilidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter **propostas adicionais** de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.*

Consta do feito pesquisa de preços, com indicação de valores de outras compras públicas, além dos orçamentos obtidos, na forma do artigo 2º, §§3º e 4º da Resolução nº 109/2023:

“§ 4º A divulgação de que trata o § anterior poderá ocorrer a partir da instauração do Processo Administrativo e concomitante à realização da pesquisa de preços pelo Consórcio Público.”

Consta a informação de existência de dotação orçamentária para o custeio da despesa proveniente da contratação proposta, documentos quanto às condições para a contratação e minuta do instrumento contratual aplicável à espécie.

A indicação do participante interessado com menor valor para a contratação, foi acompanhada da verificação da sua regularidade da sociedade e também de seus sócios.

Quanto à possibilidade de contratação direta pela via de dispensa, a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), traz as seguintes hipóteses e a devida instrução dos autos na forma do artigo 72 da mesma lei:

*“Art. 75. É dispensável a licitação:
(...)*

*VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e **somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial** ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no **prazo máximo de 1 (um) ano**, contado da data de ocorrência*

da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;"

Nesse caso, deve-se verificar se a empresa selecionada se enquadra no conceito de micro ou pequena empresa o que, tendo sido procedido pelo setor consulente deverá, conforme negativa, justificar o afastamento da regra de preferência da Lei Complementar 123/2006.

c) Da adoção do Sistema de Registro de Preços x celebração de contrato

Consta dos autos que o vínculo que se almeja firmar com a prestadora do serviço é de natureza contratual.

Observa-se que a quantidade de postos objeto do contrato é fixa e visa a atender a demanda emergencial em sua exata medida. Contudo, dentre os argumentos justificadores desta contratação, o Gestor do contrato/setor de RH afirmou ter havido o aumento de rotatividade de pessoas na unidade sede do CONIMS em razão do ingresso de novos Municípios consorciados.

Pela possibilidade de que tais situações se repitam até o término da vigência do Contrato base atual, o qual não pode mais ser aditado, sugere-se seja ponderada a possibilidade de celebração de ata de registro de preços.

Quanto ao cabimento do sistema de registro de preços na contratação pela via da Dispensa de Licitação, cita-se o disposto no artigo 82, §6º da Lei 14.133/21 e do artigo 9º da Resolução CONIMS nº 173/23:

"Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

(...)

*§ 6º O sistema de registro de preços poderá, **na forma de regulamento**, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de **dispensa de licitação** para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade."*

"Art.9º. Para fins de contratação direta, pelo SRP, além do disposto nesta Resolução, serão observadas as demais Resoluções do CONIMS pertinentes, bem como o disposto na Lei Federal 14.133/2021.

*§1º A instrução do processo de contratação, em especial o exame dos documentos da proposta e de habilitação, bem como o seu julgamento será de competência de Comissão de contratação e **seguirá o procedimento previsto na Resolução CONIMS 109/2023.***

*§ 2º O registro de preços poderá ser utilizado na hipótese de contratação direta previstas na Resolução CONIMS nº 109/2023, por dispensa e inexigibilidade de licitação, **inclusive nos casos de aquisição, por força de decisão judicial, de medicamentos e insumos para tratamentos médicos.**"*

No caso, tanto a Ata quanto o Contrato podem vigorar **enquanto não for aberto e homologado** o próximo pregão, **se em prazo inferior** a um ano.

Os postos objeto do vínculo se limitam aos casos contemplados nos motivos justificadores desta contratação direta.

Por fim, a autorização da autoridade competente para a presente contratação deve ser juntada aos autos, APÓS este Parecer, a quem compete a superação das suas ressalvas e observada a ordem de atos indicadas no artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/21.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j, a contratação direta através de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II da Lei 14.133/21, é possível se observadas as regras de publicidade no PNCP e no sítio oficial deste CONIMS, bem como ponderadas as ressalvas deste parecer.

Para consideração superior.

Pato Branco, 09 de abril de 2024.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313